

# DOAÇÃO DE BENS DE D. ISABEL DE CASTRO E DE D. MARIA A D. FILIPA, PRIMA DO REI D. AFONSO V (1466)

Transcrição de Pedro Pinto

CEH – Nova

CHAM – FCSH/Nova-UAç

Resumo

1466, Dezembro, 26, Porto

Carta régia de D. Afonso V doando a D. Filipa, sua prima, os bens que pertenceram a D. Isabel de Castro, filha de D. Fradique de Castro e D. Catarina de Sousa, os quais, por morte de D. Isabel de Castro, ficaram na posse do mosteiro de Arouca, bem como os bens que pertenceram a D. Maria, filha de D. Fradique de Castro e D. Beatriz de Vasconcelos, os quais, por morte de D. Maria, ficaram na posse do mosteiro de Santa Clara de Coimbra.

Abstract

1466, December, 26<sup>th</sup>, Porto

Royal charter of Dom Afonso V through which the goods belonging to Dona Isabel de Castro, daughter of Dom Fradique de Castro and Dona Catarina de Sousa, were donated to Dona Filipa, the King's cousin, the said goods being possessed by the Monastery of Arouca after Dona Isabel de Castro died. Also, the King also donates to Dona Filipa the goods which had belonged to Dona Maria, daughter of Dom Fradique de Castro and Dona Beatriz de Vasconcelos, which were possessed by the Monastery of Santa Clara of Coimbra.

Malveira, Colecção João Pereira, Doc. 1



## 137 Documento

<sup>138</sup> Dom afomssso per graça de deus Rey de portugal e do algarue E Sennhor de çepa d alcaçer Em Africa a quantos Esta Carta Virem fazemos saber que a nos diseram que per morte de dom ffradrique de crrasto.,. e de dona caterina de soussa sua molher ficarom per dereita eramça certos beens mouees e de rraiz a dona Issabell.,. de crrasto sua filha frreira professsa do moeesteiro d arouca da oordem de sam bernardo a quall sse ffynou, E que per morte da dicta dona Issabell fficarom ao dicto moeesteiro d arouca todollos dictos beens que ella assy erdara per Morte dos ssobredictos seu padre e madre Os quãees o dicto moeesteiro e ordem teue E prosuyo pasamte año e dia E os Nam veemdeoo ao tempo comthudo em nossas ordenaçõees sobre ello fectas.,. Pella quall Rezam sse assi he como nos diseram E por bem das dictas ordenaçõees todollos dictos beens que assy ficarom ao dicto moeesteiro e ordem per morte da dicta dona Issabel pertençem a nos E os podemos de dereito dar a quem nossa merçee for E bem assy nos diseram que dona marya frreira do moeesteiro de ssamta crrara de coJmbrra filha que ffoy do dicto dom fadrique E de dona briatiz de vaascomçellos sua ssegumda molher, erdara certos beens de rraiz per Morte da dicta dona briatiz sua madre amte de ser frreira em o dicto moeesteiro e ordem de samta crrara E teue e possuyo os dictos beens passamte año e dia E os Nam vemdera ao tempo comthudo em nossas ordenaçõees E defessas ssobre ello em comtrairo fectas.,. pella quall Rezam sse assi he como nos diseram E por bem das dictas ordenaçõees Os dictos beens pertençem a nos E os podemos dereitamente dar a quem nossa merçee ffor.,. E hora querendo nos fazer graça e merçee de nosso propio moto lyure vomtade poder aussoluto a dona felipa mynha muyto preçada e amada prima.,. Teemos por bem E fazemos lhe dos dictos beens merçee como dicto he assi dos que ficarom per morte da dicta dona Issabell de crrasto como dos que erdou a dicta dona maria per morte da dicta sua madre

E Porem Mamdamos a todollos Nossos CorreJadores luizes e lustiças oficiäees E pessoas a que o conhecymemento desto perteemcer E esta nossa carta ffor mostrada que seemdo os procuradores dos dictos moeesteiros, E teedores dos dictos beens e partes a que pertençer çitados e ouuidos segumdo dereitamemte deuem., ssaibhääes desto o certo tiramdo ssobrello Imquiriçam Iudicíall E Jmdo pelo feito em djante Como he ordenado E achamdo que assi he E que os dictos moeesteiros E oordeens delles teuerom e pusuyrom os dictos beens pasamte año e dia E os nam venderom ao tempos [sic] comthudos nas dictas ordenaçõees E que por ello os dictos beens pertençem a nos E os podemos de dereito dar o lulguäes assi per Sentença defenetyva E sse as dictas partes ou cad húa dellas dello quiserem apellar ou agrauar deem lhes apelaçam ou agrauo nos cassos que o dereito outorgua E sse as dictas partes per ella estar quiserem fazee loguo emtregar e meter de posse dos dictos beens a dicta dona felipa ou sseu certo procurador E lhos leixem assi teér e posuyr E fazer delles o que lhe aprouuer como de sua coussa propia porquamto nos lhe fazemos merçee de todollos dictos beens pera todo ssempr tam emteiramente como nos podemos E nos elles pertençem E pera nos ssem [sic] almda nom arrecada E a outrem delles primeiramemte Nom teemos ffecta merçee per nossa carta Comprimdo assi Sem outro embarguo E esta merçee lhe fazemos comtanto que nom faça aveença com as dictas partes Sem Nossa liçemça E sse a fezer que perca pera nos esto de que lhe assi ffazemos merçee E Mais o preço que por ello Recebj

dada em a nossa çidade do porto a xxbj dias de dezembro El Rej o mandou per gonçallo vaasquez de castello brramco do seu comsselho e veedor da sua fazemda E sseu almotacée moõr loham Carreiro a fez de mjll iijjc lxbj

<sup>137</sup> Os critérios de transcrição adoptados são os da Universidade Nova de Lisboa, sugeridos em João José Alves Dias et al., *Álbum de Paleografia*, Lisboa, Estampa, 1987

<sup>138</sup> No verso: "pagou aos oficiaes de prestemo a) brab[...] de saa"; "Registada".



passee

*a) gonçallo de uasquez*

Se assi he da *Senhora* dona filipa,



# FICHA TÉCNICA

## **Título**

*Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática*

## **ISSN**

1647-6344

## **Editor**

Centro de Estudos Históricos

## **Director**

João José Alves Dias

## **Conselho Editorial**

João Costa: Licenciado em História pela FCSH/NOVA. Mestre em História Medieval pela FCSH/NOVA. Doutorando em História Medieval na FCSH/NOVA

José Jorge Gonçalves: Licenciado em História pela FCSH-NOVA. Mestre em História Moderna pela FCSH/NOVA. Doutor em História Moderna pela FCSH/NOVA

Pedro Pinto: Licenciado em História pela FCSH/NOVA

## **Conselho Científico**

Fernando Augusto de Figueiredo (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Gerhard Sailler (Diplomatiche Akademie Wien)

Helga Maria Jüsten (CEH-NOVA)

Helmut Siepmann (U. Köln)

Iria Vicente Gonçalves (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

João José Alves Dias (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Jorge Pereira de Sampaio (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

José Jorge Gonçalves (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Julián Martín Abad (Biblioteca Nacional de España)

Maria Ângela Godinho Vieira Rocha Beirante (CEH-NOVA)

Maria de Fátima Mendes Vieira Botão Salvador (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

## **Design Gráfico**

João Timóteo

## **Índices**

João Costa

## **Imagen de capa**

Carta régia de D. Manuel I, assinada por D. Martinho de Castelo Branco, Lisboa, 1511.06.06 (ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 10, nº 45, código de referência: PT/TT/CC/1/10/45).

## SUMÁRIO

**Imagen da capa: Em torno da assinatura das cartas régias, p. 7**

João Alves Dias

## ESTUDOS

**A Evolução da Assistência aos Expostos durante o Século XIX no Distrito de Leiria, p. 11**

Kevin Carreira Soares

## MONUMENTA HISTÓRICA

Diogo Faria, Filipe Alves Moreira, João Costa, José Jorge Gonçalves, Miguel Portela, Paulo Paixão, Pedro Pinto

**Instrumento público de partilha dos bens entre Julião Eanes e Catarina Domingues (1396), p. 39**

**Testamento de Maria Vasques, moradora no Redondo (1396), p. 43**

**Carta de sentença sobre o direito de relego no lugar de Avô (1399), p. 47**

**Traslado em pública forma do testamento de Gonçalo Eanes da Silveira (1411), p. 51**

**Carta de contrato anual para o ofício de sineiro do Mosteiro de S. Vicente de Fora (1412), p. 55**

**Prestação de serviço de Estêvão do Couto (1412), p. 57**

**Contrato de fretamento de um baixel por parte de D. João (1416), p. 59**

**Venda de Herdade em Vale de Figueira (Évoramonte) (1424), p. 63**

**Demarcação de Herdade em Évoramonte (1424), p. 65**

**Contrato de serviço anual de caseiros na granja de Alenquer (1433), p. 67**

LISBOA

2015

- Carta de D. Duarte a Fernan D' Alvarez del val de Corneja (1434), p. 69**
- Doação de direitos da Coutada de Pedra Alçada (1436), p. 71**
- Carta de D. Afonso V ao Conde de Alba (1461), p. 73**
- Doação de bens de D. Isabel de Castro e de D. Maria a D. Filipa, prima do Rei D. Afonso V (1466), p. 75**
- Carta de D. Afonso V de confirmação de privilégio a João Rodrigues (1481), p. 79**
- Carta de D. João II ao Duque de Alba (1483), p. 81**
- Aforamento de Herdades em Tavira (1484), p. 83**
- Aforamento de Olival em Elvas (1499), p. 87**
- Emprazamento de casal em Vilarinho de Cotas (1502), p. 91**
- Rendimento do Algarve no ano de 1508 (c. 1509), p. 93**
- Carta de D. Manuel I a Gonçalo Fernández de Córdoba (1512), p. 95**
- Aforamento de Vinha em Tavira (1522), p. 97**
- Minuta de instruções régias para uma embaixada a Itália (ant. 1538), p. 99**
- Episódios do reinado de D. João II num manuscrito do Palácio da Ajuda (1538), p. 115**
- Doação e repartição dos bens de Bento Pereira de Araújo (1664), p. 129**
- Contrato de arrendamento dos oitavos de Vila de Figueiró dos Vinhos (1674), p. 133**
- Carta sobre o pagamento e a revisão da impressão das constituições de Goa (1794), p. 137**
- Carta sobre a edição das constituições de Goa (1798), p. 141**
- Pedido para pagamento da impressão das constituições de Goa (1807), p. 143**
- Recibo de quantia paga para impressão das constituições de Goa (1807), p. 145**

## ÍNDICES

- Índice cronológico dos documentos publicados neste número, p. 148
- Índice antroponímico e toponímico deste número, p. 151

## EDITORIAL

O presente número da *Fragmenta Historica*, o terceiro da sua série, dá especial relevância à publicação de documentos manuscritos, o que se pode considerar normal numa publicação periódica que tem como subtítulo: *História, Paleografia e Diplomática*.

Embora a História não seja apenas feita com documentação manuscrita, a maioria dos estudiosos dá, aparentemente, mais valor ao documento manuscrito e, dentro deste grupo, aos documentos escritos em pergaminho. É que se normalizou o pensamento para induzir que a documentação importante se escrevia nesse material, porque não era tão perene como o papel. É certo que a base está certa para os tempos mais recuados da denominada medievalidade europeia. O papel (feito a partir dos velhos trapos) era menos resistente à humidade. Assim, um contrato ou um testamento – que certamente teria de ser mostrado ao fim de largas dezenas de anos – tendencialmente era escrito em pergaminho. Outro fator prendia-se com a qualidade da tinta que ainda não deslizava – sem esborrar – com a mesma facilidade, nos dois materiais. Mas o material mais original tem naturalmente tendência para ir aparecendo escrito sobre papel. Se não aparece mais nesse material é pela sua escassez. A partir do século XV, o espontâneo e o efémero são praticamente apenas escritos sobre papel. Mas a grande massa dos documentos desse período que não se escontra registada em pergaminho, ainda está longe de ser classificada e conhecida. Assim, a História, conforme souber fazer interrogações diferentes, vai ter ainda muito para descobrir.

A riqueza da documentação presente neste número da *Fragmenta Historica* prende-se, ainda, com a origem dessa documentação. Uma parte substancial desta documentação teve origem nos arquivos particulares e estiveram à venda em leilões e livrarias. Alguns continuam em casas particulares mas outros foram resguardados da destruição no Centro de Estudos Históricos – uns comprados, outros doados e outros em depósito. Mas mesmo os documentos aqui agora publicados que se encontram em arquivos públicos, como o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, eram na sua essência desconhecidos porque se encontram “encerrados” em códices de grandes dimensões, sem índices, o que dificulta o seu conhecimento. Por exemplo, a documentação do livro de notas de Afonso Guterres, tabelião do Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa, revela-nos pormenores do quotidiano esquecido, em especial a quantificação do valor do trabalho. Mas o recuperar uma carta-régia portuguesa que estava «perdida» e afastada da investigação portuguesa – carta de D. Manuel I, datada de 1512, assinada pela sua mão – porque se encontrava em Madrid, no Archivo y Biblioteca de Francisco Zabálburu, complementa o tema tratado na capa deste mesmo número, mas o facto de não ter mencionado o nome do escrivão pode tornar a carta mais interessante.

No tratamento das fontes e no recriar da História apresenta-se uma incursão sobre os expostos do município de Porto de Mós, ao longo do século XIX.

Foram vários os trabalhos propostos para publicação. Uns não correspondiam às orientações que o Conselho Editorial entende, e bem, que a Revista deve ter. Outros encontram-se ainda em apreciação pelos «pares» ou em revisão depois dessa apreciação. Quer aos revisores quer aos autores a direção agradece a boa vontade e os esforços despendidos. Sem eles a revista não poderá alcançar as metas que deseja: a da credibilidade e a da afirmação no meio Científico.

João Alves Dias

## IMAGEM DA CAPA

Em torno da assinatura das cartas régias

João José Alves Dias

São várias as inquietações que têm acompanhado a investigação elaborada nos diferentes projetos em torno da produção da designada *Chancelaria Régia* que temos elaborado e coordenado no Centro de Estudos Históricos, nomeadamente para a publicação das coleções *Chancelarias Portuguesas e Cortes Portuguesas*.

Uma inquietação (a primeira) que sempre acompanhou toda a investigação em que a produção da Chancelaria Régia – que tudo produz em nome do Rei – foi confrontada, era a de saber se os documentos dela emanados tinham sido, ou não, elaborados em conselhos régios, com a presença régia.

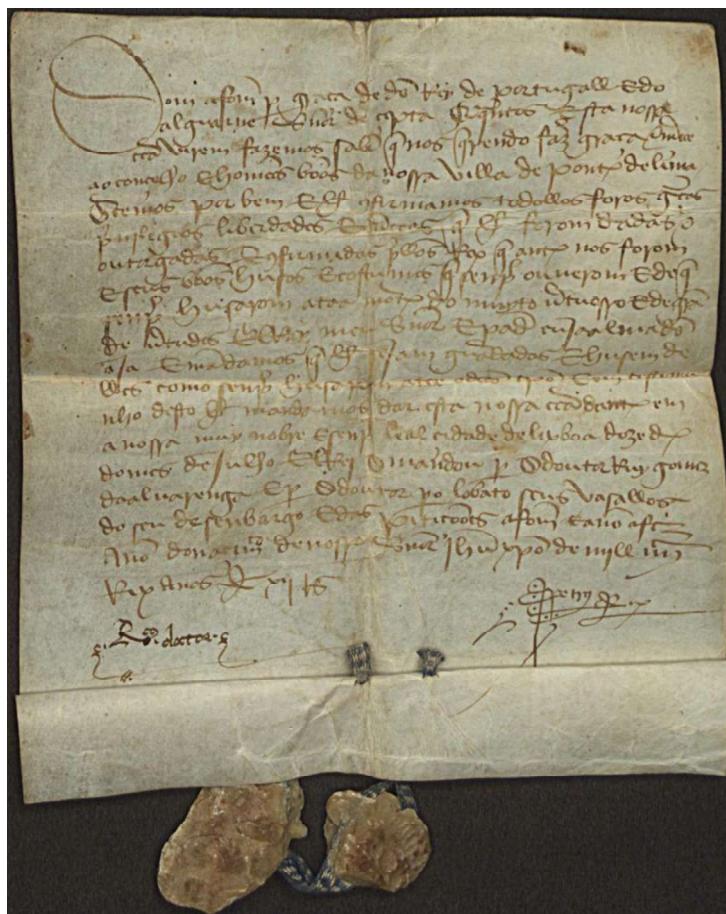
Muitas das incongruências que, por vezes, foram apontadas – quer na elaboração de itinerários régios quer na indexação cronológica da própria documentação – devem-se antes ao facto do historiador tomar conhecimento de determinado ato não por um documento original mas antes pelo seu registo na Chancelaria Régia.

Comummente partia-se do princípio que quer a Carta quer o Alvará régios eram produzidos por determinação do monarca. Temos, hoje, a consciência que a maioria, senão mesmo a totalidade, da

documentação – dita régia – que inclui a expressão «el Rei o mandou» corresponde a uma prévia delegação de poderes e que o monarca esteve fisicamente ausente na sua produção (embora teoricamente por ela seja responsável). Assim, existem antes *cartas régias* que foram emanadas pelos diferentes serviços ou departamentos da Chancelaria – que na maioria das vezes acompanham, por perto, a itinerância do Rei, mas que, em outras vezes, se encontram distribuídos pelo diferente espaço físico do reino – que são «mandadas» fazer, a um mesmo tempo cronológico, mas em relação às quais o «rei» pode inclusive desconhecer a sua produção. Essa documentação foi elaborada pelo membro, ou membros, do conselho ou do desembargo – com as mais variadas designações e variando entre um ou dois oficiais conforme o nível da documentação – responsáveis pela sua fiscalidade e execução (que essa delegação tinham recebido).

Depois de teorizada a hipótese, deixaram-se os «Livros de Chancelaria» e partiu-se para a documentação «régia» avulsa. Não encontramos nenhuma carta-régia assinada *per manu propria* do monarca desde que tivesse a expressão «el rei a mandou», ou similar. Em contrapartida, todas as cartas que não tivessem essa expressão encontravam-se assinadas com o autógrafo régio. Lembre-se que em qualquer dos casos aparece sempre expresso o nome do escrivão que a redigiu.

Observemos apenas alguns exemplos:

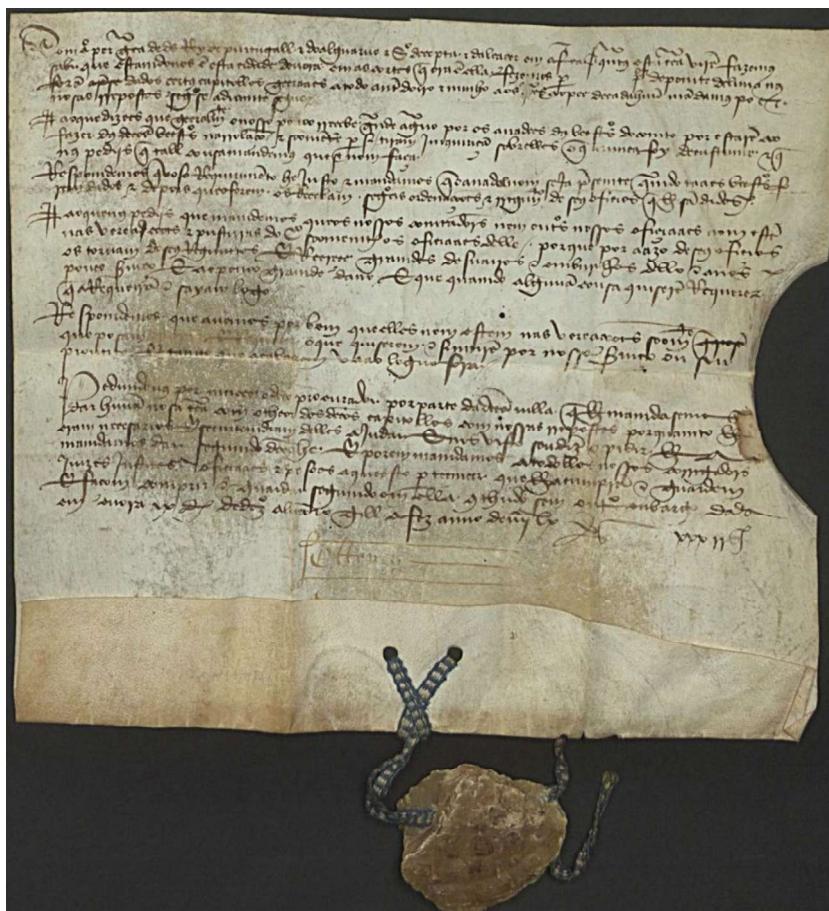


Ponte de Lima, Arquivo Municipal, Pergaminho 25  
(PT/MPTL/CPGPTL/0025)

Dom afomso per graça de deus Rey de portugall e do alguarue Senhor de cepta A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merçee ao conçelho e homeens boons da nossa villa de ponte de lima Teemos por bem e lhe confirmamos todollos foros graças priujlegios liberdades e merçees que lhe forom dadas e outorgadas e confirmadas pellos Rex que ante nos forom e seus boons husos e costumes que sempre ouueram e de que sempre husarom ata a morte do muyto uirtuoso e de grande uirtudes El Rey meu Senhor e padre cula alma deus ala  
e mandamos que lhe selam guardadas e husem delles como sempre husarom atee o dicto tempo  
e em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta  
dante em a nossa muy nobre e senpre leal çidade de lixboa doze dias do mes de lulho El Rej O mandou  
per O doutor Ruy gomez d aaluarenga e per O doutor pedro lobato seus vasallos do seu desembargo E  
das Pitioões afomso eannes a fez Anno do naçimento de nosso Senhor **lesu christo** de mjll **iiij<sup>c</sup>** R ix  
Annos • xij Reaes

a) Rodericus doctor

a) Petrus



Ponte de Lima, Arquivo Municipal, Pergaminho 30  
(PT/MPTL/CPGPTL/0030)

Dom afomso per graça de deus Rey de portugall e do alguarue e Senhor de cepta . e d alcaçer em africa  
A quantos esta carta virem fazemos saber que estamdo nos em esta cidade d euora em as cortes que

ora em ella fezemos per [¹] procurador de pomte de lima nos foram [²] dados certos capitollos geeraaes a todo antre doiro e minho aos quaees ao pee de cada huū mandamos por nosas repostas segumdo se a diamte segue.,,

Item ao que dizees que geeralmemte o nosso pouoo rreçbe grande agrauo por os anadees dos beesteiros do comto por estarem ao fazer dos dictos beesteiros na rrolaçom e somente per si tiram Imquiriçam sobr elles o que nunca foy de custume e que nos pedijs que tall cousa mandemos que se nom faça .,,

Respondemos que voso Requirimemto he lusto e mandamos que o anadel nom sela preseme quamdo taaes beesteiros forem dados e depois que o forem . os Recebam . segundo as ordenações e rregimemto de seus ofícios que lhe sam dados •

Item ao que nos pedijs que mamdemos que os nossos comtadores nem outros nossos oficiaaes nom estem nas vereaçoes e pusturas do Congelho soomemte os oficiaaes delle ., porque per aazo de seus ofícios os toruam de seus Regimemtos E Recreçe gramdes desuairos e emburilhos dello e a nos pouco seruïço e ao pouoo gramde dano , e que quamdo alguña cousa quiserem Requerer que a Requeiram e sayam logo .,

Respondemos que auemos por bem que elles nom estem nas vereações soomemte [³] que posam emtrar E Requerer o que quiserem . e semtirem por nosso seruïço ou seu proueito E tamto que acabarem vaao loguo fora.,,

Pedimdo nos por merçee o dicto procurador por parte da dicta uilla que lhe mamdasemos dar huña nosa carta com o theor dos dictos capitollos com nossas repostas por quamto lhe mamdamos dar segumdo dicto he.

E porem mamdamos a todollos nossos corregedores luizes lusticas oficiaaes e pesoas a que esto perteemcer que lha cumpram e guardem E façam comprir e guardar segumdo em ella . comthudo sem outro embargo

dada em euora ix dias de dezembro aluaro gill a fez anno de iijj<sup>c</sup> ix • xxx rreas

a) El Rey

E, por fim, o documento da capa [Lisboa, A.N.T.T., Corpo Cronológico, Parte I, mç. 10, n.º 45]:

Dom manuell per graça de deus Rey de portugall e dos algarues daquem e dalem mar em africa Senhor de guinee etc. mamdamos a vos Recebedor da sysa do trigo da nosa Çidade de lixboa e ao stprium dese ofício que do Remdimento della deste año presente de b<sup>c</sup> xj, deis a Senhora Rainha dona lianor minha Irmã dozemtos e trinta seis mill reaes que lhe mamdamos dar e o dito anno de nos ha d aver de suas temças, Dos quaes lhe vos fazee bom pagamemto

e per esta nosa carta com o conhecimemto do oficial ou pessoa a que os a dita Senhora mamdar emtregar,, mamdamos que vos sejam leuados em Comta,

dada em lixboa a bj dias de lunho El Rey o mamdou per dom martimho de castel bramco etc do seu conselho e vedor de sua fazenda, diogo vaasquez o fez de mil e b<sup>c</sup> xj •

dom martjnho

---

<sup>1</sup> Espaço em branco no original; destinava-se a colocar o nome do procurador.

<sup>2</sup> Riscado: «aprese».

<sup>3</sup> Riscado: «que pesam».